



ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 184, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Declara nulidade, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - SECAT, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012; bem como a Portaria de Delegação nº 071, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU em 12 de junho de 2014, em seu artigo 10, inciso VI, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, inciso VII, 32, 33 e 34 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10283.004826/2011-33, declara:

Artigo único - ANULAR a inscrição no CPF 515.788.912-72 de JOSÉ MANOEL RIBEIRO DOS SANTOS.

MÁRIO BRITO BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 208, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 10680.724667/2014-57, declara:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2015

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, bem como a Portaria RFB nº 1069, de 4 de julho de 2008, tendo em vista o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º Os produtos referidos no art. 1º, acondicionados em recipientes de capacidade superior a 1.000ml (mil mililitros), estão sujeitos à incidência do IPI, proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de 1.000ml (um mil mililitros), arredondando-se para 1.000ml (mil mililitros) a fração residual, se houver, conforme disposto no § 9º do art. 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi).

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Parágrafo único. Para as marcas de vinho comum ou de consumo corrente, comercializadas em vasilhame retornável, o enquadramento do produto dar-se-á em classe imediatamente inferior à constante deste ADE, observada a classe mínima a que se refere o inciso I do § 2º do art. 210 do Ripi.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ANEXO ÚNICO

Classificação de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
03.794.429/0001-96	ELEPHANT ROUGE	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
03.794.429/0001-96	M LUIZ MICHELON	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
03.794.429/0001-96	VINHO BRANCO ESPUMANTE NATURAL BRUT - LARENTIS	De 671ml até 1000ml	2204.10.10	O
03.794.429/0001-96	VINHO MOSCATEL ESPUMANTE - LARENTIS	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	O
03.934.511/0001-79	MARIN	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	I
04.144.347/0001-69	CREMONA	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	F
04.304.539/0001-95	DADIVAS CHARDONNAY	De 181ml até 375ml	2204.21.00	F
04.304.539/0001-95	DADIVAS PINOT NOIR	De 181ml até 375ml	2204.21.00	F
04.304.539/0001-95	AGNUS MALBEC	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
04.304.539/0001-95	LIDIO CARRARO FACES	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
04.304.539/0001-95	LIDIO CARRARO FACES	De 181ml até 375ml	2204.21.00	F
04.304.539/0001-95	LIDIO CARRARO FACES	De 181ml até 375ml	2204.21.00	F
04.481.225/0001-68	CRISTAL BLACK	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	O
04.571.560/0001-57	A LOCOMOTIVA	Até 180ml	2208.40.00	G

Art. 1º Habilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa SÃO CRISTOVÃO ENERGIA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 11.301.117/0001-21, relativamente ao projeto de geração de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH São Cristovão, localizada no município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais, matrícula CEI nº 51.224.08132/74, do setor de infraestrutura de energia elétrica, com execução no período de 1º/07/2014 a 31/12/2016, autorizado pela Portaria nº 360, de 09 de dezembro de 2014, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 2014, Seção 1, página 121.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSE DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.069, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias
EMENTA: CONSTRUÇÃO CIVIL. EMPREITADA TOTAL. ÓRGÃO PÚBLICO. RETENÇÃO. NÃO CABIMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. INEXISTÊNCIA. 1. A partir de 1º de fevereiro de 1999, os órgãos da Administração Pública direta sujeitam-se à retenção previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, nos casos de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra ou empreitada. 2. Não se aplica o instituto da retenção às obras de construção civil contratadas sob o regime de empreitada total. 3. Nas obras de construção civil, os órgãos da Administração Pública direta somente respondem solidariamente com a empresa contratada pelos encargos previdenciários decorrentes de sua execução, no período anterior a 21 de novembro de 1986, qualquer que seja a forma da contratação, e, entre 29 de abril de 1995 a 31 de janeiro de 1999, se a prestação de serviços se der mediante cessão ou empreitada de mão de obra. 4. as retenções de que tratam o art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, e o § 6º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011, somente podem ser compensadas, pela empresa cedente da mão-de-obra, quando do recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social devidas sobre a folha de pagamento dos segurados a seu serviço. 5. Restando saldo em seu favor, a empresa poderá compensá-lo nas competências subsequentes, sempre

com as contribuições devidas sobre a folha de pagamento ou pedir a sua restituição, nos termos dos artigos 17 e 60 da IN RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTAS COSIT Nºs 14, de 07 DE OUTUBRO de 2013 e 131 de 02 de JUNHO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.546, de 2011, art. 7º; Lei nº 8.212, de 1991, art. 31; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, arts. 117, 142, 149, 151, 152, 157 e 260 e IN RFB nº 1.300, de 2012, arts. 17 e 60.

ALBA ANDRADE DE OLIVEIRA DIB
Chefe
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PORTARIA Nº 2, DE 5 DE JANEIRO DE 2015

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302,303 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, alterada pela Portaria MF nº 512 de 02/10/2013, publicada no DOU de 04/10/2013 e Portaria MF nº 448 de 27/10/2014, publicada no DOU de 31/10/2014, com base na Portaria RFB nº 2.445, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º O Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC em São José do Rio Preto, ressalvados os casos urgentes e situações excepcionais, prestará serviços às pessoas jurídicas exclusivamente via agendamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DRFSJR nº 10, de 04 de março de 2013.

ROSANA DE SOUZA ROSSI MENDES

04.571.560/0001-57	A LOCOMOTIVA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	H
04.571.560/0001-57	VELHO ALAMBIQUE	De 181ml até 375ml	2208.40.00	K
04.693.824/0001-45	SCOMAZZON BRUT	De 671ml até 1000ml	2204.10.10	L
04.693.824/0001-45	SCOMAZZON DEMI-SEC	De 671ml até 1000ml	2204.10.10	L
06.929.010/0001-92	GHELLER	Acima de 2000ml	2204.29.00	J
06.929.010/0001-92	CORCEIS	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
06.929.010/0001-92	DORICO	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
06.929.010/0001-92	5	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
10.312.319/0001-06	ANGHEBEN	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
10.312.319/0001-06	ANGHEBEN TEROLDEGO	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
10.312.319/0001-06	ANGHEBEN TOURIGA NACIONAL	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
11.258.307/0001-03	CASA DANIELI	Até 180ml	2208.20.00	K
11.258.307/0001-03	CASA DANIELI	Até 180ml	2208.40.00	G
11.258.307/0001-03	CASA DANIELI	Até 180ml	2208.40.00	G
11.258.307/0001-03	CASA DANIELI	Até 180ml	2208.70.00	I
11.258.307/0001-03	NOZIN CASA DANIELI	Até 180ml	2208.70.00	I
11.258.307/0001-03	NOZIN CASA DANIELI	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	Q
11.258.307/0001-03	CASA DANIELI	De 181ml até 375ml	2208.40.00	K
11.258.307/0001-03	CASA DANIELI	Até 180ml	2208.70.00	I
11.258.307/0001-03	CASA DANIELI	De 376ml até 670ml	2208.70.00	P
11.258.307/0001-03	NOZIN CASA DANIELI	De 181ml até 375ml	2208.70.00	M
87.547.030/0001-09	JOVE	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
87.547.030/0001-09	JOVE	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
87.547.030/0001-09	JOVE	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
87.547.030/0001-09	CASA GRACIEMA	Acima de 1000ml	2206.00.90	G
87.547.030/0001-09	JOVE	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
87.547.030/0001-09	GRANJA CACEQUI	Acima de 1000ml	2204.21.00	D
87.547.030/0001-09	GRACIEMA	Acima de 1000ml	2204.21.00	H
87.547.030/0001-09	GRACIEMA	Acima de 1000ml	2204.21.00	H
88.673.710/0001-23	VACCARO	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
89.567.101/0001-52	NOBRE CASA MOTTER	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	N
89.662.316/0001-52	COLONO DO SUL	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
92.528.058/0001-20	VINHO TINTO FINO SECO-VINHATEIROS DO VALE	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 4 DE 5 DE JANEIRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 475, de 30 de outubro de 2007 e o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto na Portaria MEFP nº 547, de 23 de julho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, e na Portaria nº 91, de 24 de abril de 1992, do Ministro de Estado da Agricultura e da Reforma Agrária, resolve:

Art. 1º Declarar o valor nominal reajustado dos Títulos da Dívida Agrária, a partir de janeiro de 1989, para o mês de janeiro de 2015:

VALOR DE REFERÊNCIA Base maio/92 Cruzeiros	VALOR NOMINAL REAJUSTADO Reais
79.297,75	94,58

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE